

# Polêmica dentro da Comissão de Arinos

ANC 88  
Pasta Fev/Dez 85  
167

*Handwritten initials*

A segunda reunião plenária da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, no próximo dia 16, deverá ser das mais inflamadas. Isso porque, nesta reunião, será votada a proposta de regimento interno da Comissão, elaborada por seu presidente, jurista Afonso Arinos, e que já está suscitando grande polêmica entre os conselheiros. Alguns são favoráveis a quase tudo proposto enquanto outros são contrários a grande parte dos itens.

A proposta de regimento de Arinos foi considerada por diversos conselheiros «muito determinativa», além de ter sido apresentada na primeira reunião de forma «autoritária». Um dos membros da Comissão, que preferiu não identificar-se, considerou «estranho» que Arinos, em sua proposta de regimento, tenha criado uma Secretaria-Geral, apesar do decreto de criação da Comissão falar em Secretaria Executiva.

Segundo a proposta de Arinos, serão criadas as duas secretarias, o que, para alguns conselheiros, seria redundância: e uma acabaria por sobrepor-se à outra. Explica um dos conselheiros que a nomeação do secretário-geral, caso a proposta venha a ser aprovada, deverá ser submetida à votação, uma vez que o decreto instituindo a Comissão dá a Arinos apenas a prerrogativa de nomear o secretário executivo.

Acrescentou que Arinos está concentrando em si e no coordenador da Comissão, coronel Araripe, através de sua proposta, muitos poderes, além de criar uma figura que simplesmente não precisaria existir: a do secretário-geral. «O presidente só pode nomear o secretário executivo e contratar assessores. Qualquer outra iniciativa tem que passar pelo crivo dos conselheiros», sustentou o conselheiro para quem a reunião do dia 16 será muito polêmica.

Outra proposta de Arinos, que gerou controvérsia, foi a criação de subcomissões regionais. Alguns membros, como o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, são de opinião que a proposição é válida, sobretudo porque as subcomissões poderão funcionar como elementos catalizadores das aspirações da sociedade por regiões.

Outros, entretanto, como o em-

presário paraibano Odilon Coutinho não compartilham dessa opinião. Ele acha que as subcomissões vão esgarçar a Comissão, que deve ter uma sede central, em Estado designado pelo presidente José Sarney, em condições de dispor de infraestrutura administrativa que estabeleça canal de comunicação entre a sociedade e os conselheiros.

— A sede central seria o ponto de confluência de todas as sugestões encaminhadas à Comissão, diz Coutinho. Para ele, os conselheiros devem manter o mais estreito contato com a população, através de debates e seminários, descartando em parte a idéia de Arinos de que a Comissão receba e armazene em computador as propostas remetidas, e a partir daí proceda sua análise.

— Nós devemos ser os computadores, afirma Coutinho, ressaltando que não rejeita o uso do aparelho, desde que o trabalho e contato com o povo não se restrinja somente a ele.

A advogada Floriza Ferucci, por sua vez, é favorável aos subgrupos regionais e uso amplo de computadores. A seu ver, essas comissões poderiam atuar como agentes catalizadores e catalogadores das propostas oriundas da sociedade, de forma a facilitar e não sobrecarregar o comitê geral.

Quanto ao contato direto com a população, Floriza acredita que se as entidades de classe ou grupos comunitários se reunissem e elaborassem documento com suas propostas e reivindicações, encaminhando-o à Comissão, seria mais «lógico e racional». Ela deverá propor na reunião do dia 16 sistema desse tipo, que se for aprovado, deverá ser estimulado pelo Comitê Central.

Já a jurista Rosah Russomano é de opinião que deve ser feito contato estreito e direto com a comunidade: «Cada conselheiro deve ser um canal de comunicação». Ela observa que já vem fazendo esse trabalho no Rio Grande do Sul, indo à televisão, às rádios, às universidades, participando ativamente de debates sobre o tema Constituinte.

Rosah defende que em cada contato com a sociedade, os conselheiros peçam que lhes sejam apresentadas reivindicações, sugestões,

**PROPAGANDA** — A corrupção e o crime não podem ser revogados por lei e por isso ninguém deve esperar que a utilização do poder econômico desapareça já na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, em 86. A advertência é do deputado João Gilberto, PMDB-RS, relator da comissão interpartidária que estuda a reformulação das leis eleitoral e partidária.

João Gilberto acredita que o principal resguardo contra o avanço do poder econômico é a propaganda gratuita no rádio e na televisão. Segundo ele, isto é comprovado pelas duas últimas eleições — 78 e 82 — ainda regidas pela Lei Falcão onde foi possível constatar o crescimento da influência econômica no resultado.

Agora, com a revogação da lei, João Gilberto acha que o debate gratuito pelos meios de comunicação servirá de anteparo ao poder econômico. Mesmo assim, ele anuncia que a comissão estuda várias formas de tornar mais rígido o controle dos gastos em campanha eleitoral. E citou como exemplo a permissão para a quebra do sigilo bancário, em casos de investigação de abuso do poder econômico, responsabilização do candidato, e não apenas do partido, e a obrigação de prestação de contas de doações e gastos.

**FORÇAS ARMADAS** — O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, disse ontem no Recife, onde se encontra em visita de inspeção, que as atribuições das Forças Armadas não deveriam ser alteradas pelos constituintes que serão eleitos no próximo ano, porque todas as constituições brasileiras sempre respeitaram esses atributos.

Segundo o ministro, o papel das Forças Armadas foi um só ao longo da nossa história: a defesa interna e externa da pátria. Por isso, ele não vê razão para que se mude essa diretriz, embora reconheça a legitimidade e a soberania da próxima Assembleia Constituinte para dar a última palavra sobre matéria constitucional.

O ministro Sabóia desembarcou no Recife pela manhã, e às 11 horas fez uma visita de cortesia ao governador Roberto Magalhães. A tarde ele visitou unidades da Marinha

sediadas nesta Capital e à noite foi recepcionado com um jantar no Palácio do Campo das Princesas.

**SUBCOMISSÃO** — Além das que já foram definidas, a comissão interpartidária do Congresso que colhe subsídios para a Constituinte vai criar mais uma subcomissão, para estudar medidas destinadas a evitar o abuso do poder econômico na campanha eleitoral do próximo ano. A subcomissão vai ser instalada pelo deputado Manoel Costa, do PMDB mineiro e autor da emenda ampliando para um ano o prazo de desincompatibilização dos ministros, governadores, secretários de Estado e dirigentes de empresas públicas.

O deputado mineiro justificou a subcomissão, explicando que apenas a aprovação de uma emenda não será suficiente para assegurar a liberdade e a independência da Constituinte. A sua proposta se destina apenas a garantir a igualdade na disputa entre os candidatos, impedindo que ocupantes de cargos do Executivo possam fazer uso deles e da máquina do governo em favor de suas candidaturas ou dos seus propósitos.

Caso ela seja aprovada, como parece ser a tendência no Congresso, ainda assim o problema não estará solucionado, segundo entende Manoel Costa, anunciando a sua disposição de lutar pela adoção de medidas rigorosas para impedir o abuso do poder econômico nas eleições de 86. A preocupação do parlamentar, que já era antiga, agravou-se com a notícia de que um candidato à Constituinte deverá gastar cerca de 2 bilhões de cruzeiros para eleger-se.

**ÍNDIO** — A presença do índio na Assembleia Nacional Constituinte é tema de palestra hoje na Universidade Federal de Goiás, Marcos Terena, que pretende se candidatar à Constituinte, por São Paulo e Idjarruri, Karajá, que também quer se candidatar, por Goiás, vão expor algumas das dificuldades encontradas pelas lideranças indígenas junto aos partidos políticos que lhes negam legenda.

## BOLETIM DA CONSTITUINTE